

A CARTILHA DO DESEMPREGO

Começou a execução do "programa de desligamento voluntário", criado pelo governo federal. A administração que despreza o planejamento para os grandes problemas do país, da educação à saúde, da reforma agrária à urbana, da agricultura à indústria e aos transportes, esmerou-se no preparo do desemprego dos servidores públicos. Para demitir, sob o disfarce de "desligar", tudo foi minuciosamente previsto: o número dos estáveis e dos não-estáveis; o tempo de serviço; a escala de salários; o prazo para opção e a vantagem especial oferecida a quem antecipar o pedido de despedida. As instruções baixadas para colorir o artifício do "desligamento voluntário" representam, caprichosamente, a cartilha do desemprego.

Os valores propostos pela Administração, alcancem 20 ou 30 mil reais, ou pouco mais, exprimem uma ilusão. Essas importâncias dificilmente bastam para montagem e sustentação de pequeno negócio. Quando bastem, há, naturalmente, o problema de adaptação do antigo servidor a nova e bem diversa atividade, o que reclama tempo e conquista de experiência. Ainda os que revelam aptidão profissional diferente terão que enfrentar, como os outros, as restrições do mercado, decorrentes da política econômica do governo. Como indicam as estatísticas, crescem as concordatas e falências. Conforme noticiado, o número de empresas que, em São Paulo tiveram sua falência decretada subiu 152% na primeira quinzena de agosto deste ano, em comparação com o mesmo período de 1995. A esses dados do Instituto de Economia Gastão Vidigal, da Associação Comercial de São Paulo, acrescentou o vice-presidente do órgão que "as pequenas empresas ainda são as que mais sofrem com o processo de estabilização econômica".

A essas dificuldades junta-se a de que o mercado de trabalho privado, inclusive pela retração econômica, não tem condições de absorver os desempregados do setor público. Em realidade, também as empresas privadas estão despedindo. Informa-se que o nível de emprego nas indústrias paulistas caiu sensivelmente na terceira semana de outubro, fechando-se 1.403 postos de trabalho. E o governo projeta medida estranhável, de denúncia da Convenção 158 da OIT, que, se aprovada, facilitará a despedida, agravando o número dos sem-trabalho. É uma cadeia de obstáculos à sobrevivência dos assalariados. Portanto, destituídos de seus cargos, e mesmo indenizados, servidores públicos estáveis entrarão em vida de incerteza. Pior será a situação dos não-estáveis, que o ministro da Administração avalia em cerca de 55 mil, mais expostos ao desligamento. Uns e outros estão sujeitos, por pressão razoável, a manter-se com a

compensação que receberem, e que não é de longa duração. Há, pois, o risco fundado de constrangimentos lamentáveis, de ampliação do número dos "excluídos" de existência digna.

Haverá quem diga que o poder federal assim procede pela ocorrência de servidores em excesso. Mesmo sem contestar essa circunstância, nem admiti-la sumariamente, cabe notar que tal não se terá verificado sem a co-responsabilidade da Administração. Se o quadro econômico fosse de pleno emprego, ou de fácil aproveitamento da mão-de-obra, compreender-se-ia a atitude do governo, respeitados os direitos constituídos. Sendo a situação, porém, como é, de acentuada restrição econômica, a iniciativa governamental reveste-se do caráter de injustiça social. Se o governo pode pagar indenização, com acréscimo, para demitir ou desligar servidor, somente ob-

tendo economia em largo prazo e em montante não vultoso, há de ter poder criativo para reduzir despesa sem aumentar sofrimentos. Mais: se a imprensa noticia que o Tesouro Nacional vai assumir dívida de R\$ 1,5 bilhão da Rede Ferroviária e da extinta LBA com a Previdência Social, como não haverá recursos para manter os servidores ameaçados?

A função de governo é sempre de equilíbrio entre o público ou coletivo e o individual. É redutora de disparidades prejudiciais à paz social. Nas fases de crise econômica, sobretudo, em que se amplia a fraqueza da maioria, cresce o dever do Estado de atenuar a angústia dos que não têm fortuna. A propósito da grande depressão nos Estados Unidos, após 1930, refere William Leuchtenburg que, "em meio ao clamor geral, Roosevelt estabeleceu determinadas prioridades. O auxílio aos desempregados parecia vir em primeiro lugar, de-

pois de resolvida a crise bancária". Nessa hierarquia delineada, vê-se o intuito do equilíbrio entre o coletivo e o individual. É que, nos períodos de desajustamentos sociais e econômicos, não há soluções eficazes, se não forem geradoras de equilíbrio. Restabelecê-lo é concorrer para o bem-estar e a tranquilidade do conjunto da população. Se o governo, ele mesmo, aprofunda o desequilíbrio, para quem apelar e em que força confiar?

O "programa de desligamento voluntário", nesta hora, é uma alforria geradora de medo. A Administração Pública, porém, se não deve ser casa de caridade, também não pode desempenhar o papel de instrumento de tortura moral. É de seu destino social amparar os economicamente fracos, entre os quais se situam, em maioria, os servidores públicos.

■ Josaphat Maranhão é senador pelo PFL da Bahia



Ilustração: Fred Lobo